

**1.ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DA COMARCA DE XAXIM/SC**

Inquérito Civil n.º 06.2017.00006821-3

**TERMO DE COMPROMISSO E AJUSTAMENTO DE CONDUTA**

O **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SANTA CATARINA**, por sua 1.ª Promotoria de Justiça da Comarca de Xaxim, representada, neste ato, por seu Promotor de Justiça titular nesta Comarca, **SIMÃO BARAN JUNIOR**; e **ARTUR CACCIATORI NETO**, portador do RG n.º 343.426/SC, inscrito no CPF sob o n.º 198.441.589-15, residente na Av. La Salle, n.º 60, Centro, Xanxerê/SC, proprietário do imóvel localizados na Rua Dez de Novembro, n.º 1499, Centro, Município de Xaxim/SC, doravante denominado **COMPROMISSÁRIO**, com fundamento no art. 5.º, § 6.º, da Lei n.º 7.347/85 e no art. 89 da Lei Estadual n.º 197/2000 e;

**CONSIDERANDO** que ao Ministério Público foi dada legitimação ativa para a defesa judicial e extrajudicial dos interesses sociais e individuais indisponíveis, mormente os interesses difusos e coletivos (arts. 127 e 129, incisos II e III, da CRFB);

**CONSIDERANDO** que a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 estabelece como um dos fundamentos da República Federativa do Brasil a dignidade da pessoa humana (art. 1.º, inciso III) e como um dos seus objetivos fundamentais “*promover o bem de todos, sem preconceito de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer formas de discriminação*” (art. 3.º, inciso IV), além de expressamente declarar que “*todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza*” (art. 5.º, *caput*);

**CONSIDERANDO** que a Lei Federal n.º 10.098, de 19 de dezembro de 2000, estabeleceu normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade, o Decreto Lei n.º 5.296/2004 regulamentou as Leis n.º 10.048/2000 e n.º 10.098/2000 e a NBR 9050:2015 estabeleceu critérios e parâmetros técnicos a

**1.ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DA COMARCA DE XAXIM/SC**

serem observados quando do projeto, construção, instalação e adaptação de edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos às condições de acessibilidade;

**CONSIDERANDO** a exigência do art. 13 do Decreto n.º 5.296/2004, de que só poderão ser emitidos alvarás de funcionamento e de habitação se certificado o cumprimento das regras de acessibilidade previstas no Decreto e na ABNT NBR 9050:2015;

**CONSIDERANDO** a tramitação, nesta Promotoria de Justiça, do Inquérito Civil n.º 06.2017.00006821-3, destinado a apurar falta de acessibilidade no imóvel registrado sob a matrícula n.º 12.299 do CRI da Comarca de Xaxim, localizado na Rua Dez de Novembro, n.º 1460, Centro do Município de Xaxim/SC;

**CONSIDERANDO** que à edificação foi concedido alvará de habite-se, no entanto, verificou-se que o imóvel não atende às normas de acessibilidade, em razão do passeio incompatível e ausência de execução do passeio em uma testada do imóvel, bem como pela falta de acessibilidade no acesso à entrada do imóvel e na parte interna da sala comercial;

Resolvem celebrar o presente **TERMO DE COMPROMISSO DE AJUSTE DE CONDUTA**, com fulcro no art. 5.º, § 6.º da Lei Federal n.º 7.347/85 e art. 86 da Lei Orgânica Estadual do Ministério Público (Lei n.º 197/2000), mediante os seguintes termos:

**1. DO OBJETO:**

**CLÁUSULA PRIMEIRA:** O presente Termo de Compromisso de Ajuste de Conduta tem por objeto dar cumprimento às normas de acessibilidade dispostas na Lei Federal n.º 10.098/00, no Decreto n.º 5.296/04 e na ABNT NBR 9050:2015, objetivando a regularização do imóvel localizado na Rua Dez de Novembro, n.º 1460, Centro do Município de Xaxim/SC.

## **2. DA OBRIGAÇÃO DE FAZER:**

**CLÁUSULA SEGUNDA:** O COMPROMISSÁRIO assume a seguinte obrigação de fazer: executar o passeio na testada do imóvel em que constatou-se sua inexistência, de modo que atenda às exigências das normas de acessibilidade previstas na ABNT NBR 9050:2015 e demais leis de regência, no prazo de 545 (quinhentos e quarenta e cinco) dias, a contar da presente data.

## **3. DA MULTA E DA EXECUÇÃO:**

O descumprimento das obrigações constantes na **cláusula segunda** sujeitará o COMPROMISSÁRIO, a título de cláusula penal, ao pagamento de multa no importe de R\$ 100,00 (cem reais) por dia, sem prejuízo de eventual ajuizamento de ação executiva específica para cobrar-se o fiel cumprimento das obrigações, caso não respeitados as formas e os prazos previstos neste compromisso, na forma estatuída no parágrafo 6.º, do art. 5.º, da Lei Federal n.º 7.347, de 24 de julho de 1985, e art. 84, do Código de Defesa do Consumidor.

## **4. DA VIGÊNCIA:**

Este ajuste somente produzirá efeitos legais a partir de sua assinatura, sem prejuízo de obrigações diversas assumidas perante outros órgãos públicos. O COMPROMISSÁRIO sai cientificado pelo Ministério Público do início de vigência do presente ajuste, bem como dos prazos a serem observados.

## **5. DISPOSIÇÕES FINAIS:**

Fica consignado que os valores eventualmente desembolsados a título de cláusula penal deverão ser revertidos em benefício do FUNDO ESTADUAL

**1.ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DA COMARCA DE XAXIM/SC**

DE REPARAÇÃO DOS BENS LESADOS, de que trata a Lei n.º 15.694, de 21 de dezembro de 2011, e regulamentada pelo Decreto n.º 808, de 9 de fevereiro de 2012, na Conta corrente: 63.000-4, Agência 3582-3, Banco do Brasil, CNPJ: 76.276.849/0001-54.

As questões decorrentes deste compromisso serão dirimidas no Foro da Comarca de Xaxim/SC, local em que está sendo firmado o presente ajuste.

Ficam, desde logo, os presentes cientificados de que este Inquérito Civil será arquivado em relação ao signatário, e a promoção, submetida ao colendo Conselho Superior do Ministério Público, conforme dispõem o parágrafo 3.º do art. 9.º da Lei Federal n.º 7.347/85 e o art. 26 do Ato n.º 335/2014/PGJ.

Xaxim/SC, 06 de agosto de 2018.

**SIMÃO BARAN JUNIOR**  
Promotor de Justiça

**ARTUR CACCIATORI NETO**  
Compromissário